

Diário do Legislativo de 03/03/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/2/2009

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão, Eros Biondini e Carlin Moura em que solicitam realização de debate público em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, como parte das atividades do Fórum Latino-Americano sobre Povos Indígenas e Direitos Humanos, por sugestão do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, do Instituto Dom Luciano Mendes de Promoção da Causa Indígena, da Rede Internacional de Desenvolvimento Humano e Social - SBrasil - e do Instituto DH - Promoção Pesquisa e Intervenção em Direitos Humanos e Cidadania. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de fevereiro de 2009.

André Quintão, Presidente - Eros Biondini - João Leite.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 3/3/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em shopping centers e outros estabelecimentos que especifica, no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da "Cartilha dos Direitos do Paciente". A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela rejeição do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir, sobre fraudes, os usuários de seus serviços. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 43/2008, do Deputado Domingos Sávio; Projetos de Lei nºs 2.333/2008, do Deputado Padre João; 2.384/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.858/2008, do Governador do Estado; 2.894/2008, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.926/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.955 e 2.956/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.969/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 2.984 e 2.985/2009, do Deputado Braulio Braz; 3.011/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.055/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.415 e 2.807/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.826/2008, do Deputado Carlos Mosconi; 2.843/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.871/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.898/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.903/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.908/2008, do Deputado Irani Barbosa; 2.930/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.937/2008, do Deputado Wander Borges; 2.940/2008, do Deputado Ademir Lucas; 2.942/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.944 e 2.945/2008, do Deputado Delvito Alves; 2.946/2008, do Deputado Roberto Carvalho; 2.951 e 2.952/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.954/2008, do Deputado Inácio Franco; 2.957/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr; 2.959, 2.961, 2.963, 2.964, 2.965 e 2.967/2009, do Governador do Estado; 2.970/2009, do Deputado Almir Paraca; 2.976/2009, do Deputado Eros Biondini; 2.978/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.982 e 2.983/2009, do Deputado Antônio Júlio; 2.990/2009, do Deputado

Leonardo Moreira; 2.993/2009, da Deputada Rosângela Reis; 2.995/2009, do Deputado Wander Borges; 2.998 e 2.999/2009, do Deputado Eros Biondini; 3.006 e 3.007/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 3.013/2009, do Deputado Fahim Sawan; 3.016/2009, do Deputado André Quintão; 3.019/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.022/2009, do Deputado Elmiro Nascimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.287 e 3.288/2009, do Deputado Weliton Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 2.171, 2.177, 2.240 e 2.613/2008, da Comissão de Direitos Humanos; 2.818/2008, da Comissão de Participação Popular; 3.056/2008, do Deputado Fahim Sawan; 3.303, 3.304 e 3.305/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.307 e 3.311/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.319/2009, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.658/2008, do Deputado Hely Tarquínio; 2.889/2008, do Deputado Tiago Ulisses; e 2.904/2008, do Deputado Inácio Franco.

Requerimentos nºs 3.106/2008, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.190/2008, do Deputado Wander Borges; 3.283/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça; e 3.338 e 3.343/2009, da Comissão Especial dos Aeroportos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 3.208/2009, do Deputado Delvito Alves; 3.209/2009, do Deputado Padre João; 3.272, 3.275 e 3.276/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.278/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.282/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.316/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.320 e 3.321/2009, do Deputado Carlin Moura; 3.322/2009, do Deputado Gil Pereira; 3.333 a 3.337, 3.339 a 3.342 e 3.344 a 3.348/2009, da Comissão Especial dos Aeroportos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15h15min DO DIA 3/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: dar posse ao Vice-Presidente e apreciar matérias constantes na pauta.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 899/2007, do Deputado Délio Malheiros, e 2.763/2008, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.929 e 2.941/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimento nº 3.317/2009, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 4/3/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter, em audiência pública com convidados, esclarecimentos sobre arbitrariedades supostamente praticadas por policiais militares contra professores de artes marciais em janeiro deste ano.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 3/3/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 16/2007, do Deputado Eros Biondini, que obriga a implantação do processo de coleta seletiva de lixo em shopping centers e outros estabelecimentos que especifica, no Estado, 236/2007, do Deputado Carlin Moura, que dispõe sobre afixação, nas recepções dos hospitais da rede pública do Estado, da "Cartilha dos Direitos do Paciente", 964/2007, do Deputado Délio Malheiros, que obriga as instituições financeiras a advertir, sobre fraudes, os usuários de seus serviços, 1.297/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Sabinópolis o imóvel que especifica, 2.561/2008, do Deputado Agostinho Patrús Filho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Desterro de Entre Rios o imóvel que especifica, e 2.690/2008, da Deputada Ana Maria Resende, que dispõe sobre a afixação de aviso sobre o direito do idoso de ter acompanhante nas unidades de saúde do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 2 de março de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 18.869

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Chico Uejo, Tenente Lúcio, Vanderlei Jangrossi e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 3/3/2009, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 2 de março de 2009.

Delvito Alves, Presidente "ad hoc".

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

Discursos Proferidos em 19/2/2009

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, imprensa e telespectadores da TV Assembleia. Inicialmente, gostaria de registrar uma série de requerimentos pendentes, por nós apresentados à Mesa da Assembleia, para os quais solicitamos atenção especial da Presidência. O primeiro foi apresentado em 23/10/2008 e solicita a criação da Comissão Especial dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais. Por ser muito importante, em momentos diversos nas várias comissões, quando é cabível, encaminhamos essa discussão. Referimo-nos às comunidades de quilombolas, geraizeiros, vazanteiros e indígenas, que merecem um olhar atento e cuidadoso da nossa Casa. Agora mesmo, na discussão do Plano Decenal de Educação, um dos argumentos que o Deputado Carlin Moura tem usado insistentemente para garantir a realização dos oito encontros regionais previstos no interior é a necessidade de levar a Assembleia o mais próximo possível dessas comunidades.

Imaginar que representantes dessas comunidades terão condições de se deslocar até Belo Horizonte para participar de um debate importante para eles, para discutir uma educação adaptada e apropriada às necessidades das comunidades tradicionais, é querer tirar-lhes, de fato, essa oportunidade. Portanto queremos apoiar a iniciativa do Deputado Carlin Moura. A nossa Bancada está unida, apoiando para garantir os encontros regionais na discussão do Plano Decenal de Educação.

A segunda iniciativa, Sr. Presidente, é a solicitação de uma comissão especial das unidades de conservação do Estado ou um ciclo de debates para se conhecer e debater a situação fundiária, administrativa e gerencial dos parques e demais unidades de conservação estaduais de Minas Gerais. Estamos envolvidos, e hoje, pela manhã, houve mais uma reunião da comissão especial, para discutir três proposições que estão condensadas nessa comissão - a proposta de incorporação e anexação da Serra da Calçada ao Parque Estadual da Serra do Rola-Moça e a proteção ambiental, ampliando a unidade de conservação, que alcançaria toda a Serra da Moeda. Portanto, quando pedimos para avaliar e debater principalmente a situação fundiária das unidades de conservação do Estado, queremos criar, de fato, um balizamento, um grande orientador, um plano para que possamos regularizar as atuais unidades de conservação, quer sejam as que partiram de iniciativa desta Casa ou que aqui foram aprovadas, quer sejam as que foram deferidas por meio de atos do Executivo, por decretos. Que possamos planejar a ampliação dessas unidades de conservação alcançando outras regiões ainda não atendidas no Estado, garantindo assim a proteção da biodiversidade, da fauna, da flora!

Um terceiro requerimento, Sr. Presidente, que insistimos em que possamos levar adiante, pede a implantação de uma comissão especial do cerrado mineiro e foi apresentado em 16/4/2008. Estamos assistindo sempre a uma defesa muito firme, muito segura, seja na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seja no Congresso Nacional, da necessidade de preservação do bioma amazônico e da mata atlântica. É o que vemos a mídia registrar, dar cobertura, e também vemos por meio de iniciativas das organizações não governamentais que defendem a preservação da biodiversidade, a preservação ambiental. Mas o cerrado, principalmente o cerrado mineiro, está ficando esquecido. É bom registrar que o nosso cerrado está desaparecendo. Basta fazer um sobrevôo em nosso Estado e observar como está se dando a ocupação do nosso cerrado. Não bastasse o cultivo das monoculturas de grãos, principalmente da soja, agora está firmemente entrando também a cultura da cana-de-açúcar. E, já há algum tempo, estão também em processo de expansão as monoculturas de eucalipto. Portanto é fundamental que tenhamos um olhar cuidadoso e atento à preservação do nosso cerrado, por isso pedimos essa comissão especial.

Sr. Presidente, pedimos também, por meio de requerimento apresentado em 18/6/2008, um seminário legislativo com o tema "biocombustíveis, alimentos e meio ambiente". Esse tema esteve muito forte no ano passado. Foi até sinalizada pela Presidência a oportunidade de encaminhar, com a brevidade possível, esse seminário; todavia, infelizmente, não o realizamos em 2008. Novamente insistimos na oportunidade e nessa discussão, principalmente quando, em meio a esta crise e à queda dos valores, dos preços das "commodities", acreditamos ser muito oportuna uma discussão e que saiam dela sistematizados subsídios para orientar a produção, seja de alimentos, seja de biocombustíveis, no Estado.

E ainda, Sr. Presidente, estamos aguardando uma homenagem especial ao Dr. Joaquim Benedito Barbosa Gomes - jurista, Ministro do STF do Brasil, meu conterrâneo, mineiro de Paracatu, figura ilustre de Minas Gerais. Essa homenagem é muito justa. Fica aí também o pedido de apoio aos nossos nobres pares a essas proposições.

Gostaríamos de chamar, mais uma vez, a atenção para os pontos de cultura. O edital dos pontos de cultura é uma parceria entre o Ministério da Cultura e a Secretaria Estadual de Cultura - aliás, ele está aberto para a implantação de mais 100 novos pontos de cultura em nosso Estado. Hoje temos 79 pontos de cultura em Minas Gerais, de quase 600 implantados no Brasil. Agora o edital abre oportunidade para novos 100 pontos de cultura em Minas. Essa é uma proposta extremamente importante para preservar e fomentar a cultura no interior do Estado. Fizemos uma solicitação, com o objetivo de ampliar o prazo, cujo encerramento estava previsto para o dia 27 próximo, e fomos atendidos. Foi prorrogada para 20 de março a data de apresentação das propostas ao edital. Aqueles que quiserem mais informações podem acessar o nosso "site" www.almirparaca.com.br. As informações sobre o edital dos pontos de cultura estão à disposição. São R\$18.000.000,00 disponibilizados - R\$12.000.000,00 do Ministério da Cultura e R\$6.000.000,00 do governo do Estado.

Sr. Presidente, nós estamos nos aproximando do Carnaval, e gostaríamos de tornar pública uma iniciativa que apoiamos, na nossa querida cidade de Paracatu. Há 21 anos, o bloco cultural Pão Moiado sai todos os sábados, ao entardecer, e este ano traz como tema "Cordisgaia - o planeta-coração". Pão Moiado caracteriza-se por, todo ano, levar ao público paracatuense uma temática e mobilizar a população chamando a atenção para um ponto que precisa ser trabalhado, incorporado e sobre o qual precisa ser conscientizada. O Pão Moiado propõe o tema "Cordisgaia". Trata-se de um neologismo formado por um segmento de origem latina - "cordis", que quer dizer coração, como em nossa Cordisburgo, terra natal do Guimarães Rosa - e outro de origem grega - "gaia", que diz respeito ao nosso planeta, considerado como um superorganismo vivo que se auto-regula e se autocontrola para garantir um equilíbrio entre o físico e o químico e a sobrevivência ideal para todas as formas de vida. Portanto, é um tema ambiental que o Pão Moiado leva para a comunidade.

Deixo aqui o convite para a comunidade de Paracatu participar e prestigiar os 21 anos do Bloco Pão Moiado.

Queremos também dar as boas-vindas aos novos funcionários da Assembleia de Minas Gerais, que tomam posse hoje. Temos certeza de que realizarão o trabalho da Casa com maestria, como já ocorre hoje na nossa Assembleia. Felizmente temos um corpo funcional de qualidade, que é, em grande medida, o responsável pelo trabalho oferecido em defesa do povo mineiro na Assembleia.

Para finalizar, Sr. Presidente, gostaríamos de anunciar o lançamento da quinta edição do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, acontecido durante o Fórum Social Mundial, evento do qual participei representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. As inscrições vão até o dia 29 de maio. Como nosso tempo está se esgotando, voltaremos depois a falar sobre esse prêmio.

Para maiores informações, pode-se acessar o "site" www.fundacaobancodobrasil.org.br. São oito prêmios de R\$50.000,00 totalizando R\$400.000,00 em premiação. Lembramos que tecnologias sociais são aquelas que nascem na academia, voltadas para resolver problemas sociais, ou da integração da relação entre a pesquisa acadêmica e o trabalho nascido nas comunidades, num esforço de superação de problemas ambientais, geração de trabalho e renda, soluções para energia, produção de alimentos, habitação. Enfim, procuram solucionar problemas da comunidade com baixo custo, fácil apropriação e reaplicação para demais comunidades que tenham problemas do mesmo

gênero. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Weliton Prado* - Primeiramente, quero parabenizar o Deputado Almir Paraca, Líder da Minoria, Deputado atuante nesta Casa, pela sua exposição. Gostaria também de dizer que a alegria de pobre dura pouco - dura pouco, mesmo. Depois de duas semanas, a Cemig anunciou uma maldade, uma falta de humanidade com a população de Minas Gerais: enviar o nome de quem estivesse devendo a conta de luz para que seja incluído no cadastro do SPC. Houve uma grande pressão da população, e toda a imprensa fez a cobertura dessa situação. Houve mobilização, e apresentamos três representações, sendo duas no Ministério Público Estadual e uma no Ministério Público Federal. Então houve uma grande pressão e mobilização em relação a essa questão. O Governador Aécio Neves voltou atrás na decisão da Cemig, considerou a decisão inoportuna, e naquele momento conseguimos resolver o problema. Agora, duas semanas depois, a Copasa assina um contrato de mais de R\$1.000.000,00, que permite a inclusão do nome do consumidor no SPC. Isso foi publicado ontem no Diário Oficial. Ontem fizemos a leitura, os trabalhos de fiscalização, aliás, repassando isso para toda a imprensa, e hoje isso foi notícia da primeira página do jornal "O Tempo". Duas semanas depois da Cemig desistir de enviar os nomes dos consumidores inadimplentes à Serasa, a Copasa sinaliza que também pode adotar essa prática. A empresa assinou três contratos no valor de R\$1.180.000,00 com a CDL, gestora do SPC e da Serasa. O acerto prevê a inclusão e a exclusão de clientes no cadastro de inadimplência. Não há justificativa alguma. Por isso, mais uma vez, solicito a todos os Deputados e à Mesa que o meu projeto seja apreciado, porque está tramitando há anos. Foi aprovado nas Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de Constituição e Justiça e de Defesa do Consumidor. A proposição proíbe que os órgãos que prestam serviços essenciais incluam o nome do consumidor inadimplente no SPC e na Serasa. O governo tem todos os mecanismos - os mais perversos possíveis - para fazer cobranças. Se o cidadão não pagou a conta de água, não pagou a conta de luz, que são altas, vai lá e corta. Não tem conversa. Quando um cidadão deve o IPVA ou outro imposto estadual, se seu carro é apreendido, não tem conversa, tem multa. E, se houve corte, tem de pagar juros e correção. A taxa de religação é paga também. O governo não brinca, tem a mão pesada. É maldoso com o consumidor, e isso é uma grande injustiça. O nosso projeto está tramitando nesta Casa, e, como disse, já foi aprovado em todas as comissões, estando, pois, pronto para ser apreciado em Plenário. Basta incluí-lo na pauta para ser votado, acabando com esse absurdo, com essa novela. A Cemig pode alegar que agora não, por causa da crise, do ponto de vista provisório, que vai ver... Depois de ter três representações no Ministério Público, pressiona a sociedade.

Outra notícia é que a Copasa também quer incluir o nome de inadimplentes na Serasa e no SPC. Pergunto a todos os Deputados: em vez de fazer um contrato de mais de R\$1.000.000,00 para penalizar os coitados, por que o governo não utiliza esse dinheiro para pagar as contas de quem mais precisa, para pagar a conta de quem está desempregado, daquele pai de família que está sem condições? Seria muito melhor utilizar R\$1.000.000,00 para fazer subsídio para as pessoas mais carentes. É muito simples. Mas o governo prefere mandar o seu nome para o SPC e a Serasa, fazer um contrato de mais de R\$1.000.000,00 para constranger o cidadão em vez de subsidiar famílias carentes. Realmente é uma maldade muito grande, uma injustiça, o que causa indignação. Estou aqui apresentando requerimento, solicitando informações da Copasa sobre os contratos de prestação de serviço. Queremos uma justificativa da empresa. Ao sair daqui, farei uma representação no Ministério Público Estadual, no setor responsável pela defesa do consumidor. Do jeito que a situação está, não dá para continuar. Talvez as coisas só funcionem dessa forma. Costumo dizer que o parlamento é igual feijão: funciona na pressão. Quando há mobilização, as pessoas vão para as ruas, fazem abaixo-assinados, como fizemos na campanha para reduzir a tarifa de energia, que caiu 17%, e para impedir a cobrança da taxa de incêndio. Enfim, quando há mobilização e pressão, as coisas acontecem. Novamente iremos ao Ministério Público para apresentar requerimento e ocuparemos esta tribuna quantas vezes forem necessárias, porque sabemos muito bem o lado em que estamos, o lado do povo. Tive mais de 120 mil votos, sei muito bem qual o meu papel: é fiscalizar e defender as pessoas que mais precisam. Decisões injustas merecem todo o nosso repúdio. Vamos tomar todas as providências necessárias, além de repudiar, com muita veemência, essa decisão. Não há justificativa. Esse dinheiro poderia ser muito bem utilizado para subsidiar as pessoas que realmente têm mais dificuldades. O valor do contrato com a Copasa ultrapassa R\$1.000.000,00 - está aqui no texto do diário oficial publicado ontem. No período da manhã, conseguimos detectar e informamos todos os veículos de comunicação. Segundo o diário oficial do Estado, o contrato com a Serasa no valor de R\$480.000,00 prevê prestação de serviços, inclusão e exclusão de clientes da Copasa-MG e de suas subsidiárias na base de dados do cadastro de Pendências Financeiras - Pefin -, base de dados, com anotações de dívidas vencidas e não pagas, de pessoas físicas e jurídicas da Serasa. Com a CDL-BH são dois contratos: um no valor de R\$696.000,00 e outro no valor de R\$5.400,00, para prestação de serviços e utilização pela Copasa-MG de produto do SPC Registros, inclusão e exclusão dos seus clientes e de suas subsidiárias do cadastro de inadimplência da CDL-BH, respectivamente. Os três contratos foram assinados em janeiro e publicados ontem, com a validade de um ano. Se a Copasa não quer colocar o nome de seus clientes no SPC, por que fazer um contrato de mais de R\$1.000.000,00? Para que gastar mais de R\$1.000.000,00 num contrato com a Serasa e a CDL, se não vai colocar o nome dos cidadãos no SPC? Não tem justificativa. Então fica aqui o nosso posicionamento, esperando que o governo se pronuncie. Já estamos entrando agora, de pronto, com essa representação no Ministério Público, além de apresentar aqui um requerimento solicitando esclarecimentos e informações por parte da Copasa. Já cansei de dizer, e vou falar quantas vezes for preciso, que água e energia são bens públicos essenciais à vida, por isso não podem ser tratados como meras mercadorias. Nada justifica o valor da água da Copasa em Minas Gerais ser um dos mais caros do mundo. A água aqui é mais cara, aliás, que os departamentos municipais, e grande parte das cidades não tem tratamento de esgoto. Eu falava com o Francisco agora há pouco, representante dos servidores administrativos - e aqui solicitamos, aliás, que o governo olhe pelos servidores -, e ele falava que chega a 50% do valor do esgoto e, em algumas cidades, chega a 70%, 80%. Então fica aqui o nosso posicionamento, porque a água e a energia não podem ser tratadas como meras mercadorias.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Deputado Weliton Prado, V. Exa. sempre trazendo em primeira mão as grandes questões do povo de Minas Gerais, como na luta contra a atitude arbitrária da Cemig de querer colocar o nome dos consumidores na lista negra, em defesa pela redução da conta de luz e, agora, recentemente, V. Exa. questionou um aspecto importante, o de que o aumento da conta de água da Copasa não pode ser aprovado, nem sequer discutido, porque Minas Gerais não tem uma agência nacional de controle da Copasa. Agora, mais uma vez, a empresa pública de Minas Gerais, a Copasa, num momento de crise, vem novamente apavorar o consumidor de Minas Gerais com esse gasto. Mas V. Exa. está um passo à frente, porque tem aqui nesta Casa o instrumento mais eficaz para se evitar esse tipo de arbitrariedade. Não podemos continuar simplesmente acreditando nas palavras da Copasa de que criou o cadastro apenas para jogar dinheiro fora. O instrumento que temos para dar garantia ao povo de Minas Gerais, aos consumidores da Copasa, da Cemig, das escolas, é o projeto de autoria de V. Exa., em que se proíbe a inclusão, no cadastro de devedores, de serviços essenciais. Pelo princípio constitucional e pelo princípio do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito aos serviços essenciais - água, luz, telefone, escola, funerária, plano de saúde -, o consumidor não pode estar sujeito à inclusão do seu nome na lista de devedores pelo princípio da continuidade.

Então, a garantia que temos é a de colocar em votação, no Plenário desta Casa, o projeto de V. Exa. É o momento oportuno para convocarmos todos os pares, Deputadas e Deputados, para aprovar o projeto de V. Exa. Devemos, inclusive, aproveitar a presença de V. Exa. na Mesa para colocar em pauta, o mais urgente possível, esse projeto. Minas agradecerá, sem dúvida nenhuma. Muito obrigado.

O Deputado Weliton Prado* - Agradeço ao combativo Deputado Carlin Moura. Em todas as lutas em defesa do povo, dos consumidores, há a presença aqui do PCdoB, representado por V. Exa. Na luta pela redução da tarifa de energia elétrica, e agora em relação à Copasa, das tarifas públicas, fica aqui o nosso reconhecimento ao PCdoB. Ninguém faz nada sozinho. Temos, então, um grande companheiro nesta Casa, que é V. Exa., Deputado Carlin Moura. É muito importante a sua presença aqui, pois é sangue novo em defesa do povo de Minas Gerais. Neste momento V. Exa. está muito empenhado, juntamente com as entidades, em relação ao fórum mineiro sobre o Plano Decenal, envolvendo os servidores da área da educação e dos movimentos sociais. Serão traçados planos para a educação para os próximos 10 anos. Então é muito importante as contribuições e o trabalho em conjunto nesta Casa.

Realmente, se o projeto for aprovado, resolve-se o problema de uma vez por todas. Não há justificativas para não aprová-lo, uma vez que já foi apreciado e aprovado em todas as Comissões desta Casa. É importante a aprovação para não sermos mais surpreendidos com decisões como essa; é importante para sabermos para onde está indo o dinheiro do povo, pois mais de R\$1.000.000,00 é muito dinheiro, principalmente

nesse momento de crise. O consumidor é penalizado duas vezes, pois esse dinheiro poderia ser melhor utilizado para subsidiar a conta de água das pessoas que mais precisam, além de resolver o problema a que me referi. Ficamos surpresos com a assinatura do contrato que a empresa fez com a CDL, num acordo de mais de R\$1.000.000,00, propondo inserir o nome no SPC do consumidor que teve a conta em atraso. Apesar de a justificativa não ser esta, estão aqui todos os dados oficiais comprovando isso.

Fica, então, aqui, mais uma vez, a nossa indignação. Temos certeza absoluta de que a população de Minas Gerais não concorda com essa atitude. E acredito que o Governador também discordará. Será que não conversaram com ele novamente, que achou inoportuna a decisão da Cemig? Tenho certeza de que ele vai posicionar-se e também se pronunciar mais uma vez. Peço, aliás, que mobilizemos a base do governo nesta Casa para aprovarmos o nosso projeto, impedindo que o nome dos consumidores em atraso em relação aos serviços essenciais seja incluído na lista negra, no SPC. Quem está em atraso não é porque não quer pagar. Para religar, por exemplo, a conta de luz na casa do cidadão, ele tem de pagar, e muito. Se houver urgência, o valor será de mais de R\$21,00.

Por fim, parabeno todos os servidores que estão tomando posse hoje. Esta Casa realmente tem um conjunto de servidores que prestam excelentes serviços. Faço minhas as palavras do Deputado Almir Paraca. Desejo sucesso e boas-vindas a todos. Foi o maior concurso da história da Assembleia Legislativa. Um concurso muito mais concorrido que qualquer curso de Medicina do País. Assim, parabeno todos os servidores desta Casa e também os que estão chegando. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos vê pela TV Assembleia; gostaria de, novamente, reiterar o tema que abordei na última vez que estive aqui, nesta tribuna.

Na data de hoje, Sr. Presidente, os Agentes de Segurança Penitenciárias que fizeram concurso o ano passado estão numa grande expectativa de serem nomeados.

Considero redundante dizer que a área de segurança pública do nosso Estado requer sempre atenção especial. Essa atenção passa por uma série de ações do governo. Ontem protocolamos um requerimento solicitando a realização de uma homenagem na Comissão de Segurança Pública desta Casa, que tive a honra e satisfação de presidir por duas vezes, aos integrantes do Ministério Público e aos policiais civis que realizaram a prisão da maior quadrilha especializada em assaltos a bancos, no Brasil, em todos os tempos. Além disso, apreenderam uma metralhadora ponto 50, capaz de derrubar aeronaves. Essa notícia foi manchete de primeira página do jornal "Estado de Minas". É quanto a esse aspecto que queremos alertar.

À medida que temos em nosso Estado uma polícia competente, que apreendeu esse armamento, demonstra-se que essa área tem de receber por parte do governo do Estado uma especialíssima atenção. Quero apenas fazer esse registro. Daqui a pouco, com a aquiescência do atual Presidente da Comissão, Deputado João Leite, faremos uma homenagem especial a esses integrantes do Ministério Público e da Polícia Civil que realizaram esse belíssimo trabalho aqui no Estado ao desbaratar essa quadrilha.

Fiz esse comentário, Sr. Presidente, para reforçar o que digo: a área de segurança pública do Estado necessita de atenção especial. Neste momento temos 1.650 Agentes Penitenciários que prestaram concurso e aguardam nomeação. São 1.650 cidadãos que largaram o emprego, que deixaram uma atividade que era seu ganha-pão, sua subsistência. Muitos vieram do interior do Estado para se preparar em cursinhos, prestaram concurso público e estão ansiosos, angustiados, porque ainda não foram nomeados. Neste exato momento, os Agentes Penitenciários estão reunidos e vão, em passeata, até à Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag - para cobrar a nomeação dos concursados.

Sr. Presidente, registro que ontem, durante evento no Palácio, em que o Governador tratava da questão da Copanor - lá estavam diversos Deputados e o nosso Vice-Governador -, tive a oportunidade de dirigir-me ao Vice-Governador em busca de informações. Cobrei dele informações sobre a nomeação desses Agentes Penitenciários. Ele me disse que na próxima sexta-feira, após o Carnaval, a Câmara de Gestão estará reunida com o Secretário de Defesa Social, o Subsecretário de Administração Penitenciária e o Secretário de Governo Danilo de Castro, e depois se manifestará. O Vice-Governador, Prof. Antônio Anastasia, adiantou-me que essas nomeações devem iniciar-se e serão gradativas à medida que surgirem as demandas e necessidades regionais.

Quero, Sr. Presidente, aproveitando este espaço, esta tribuna, fazer um apelo ao nosso Vice-Governador: que, depois dessa reunião, acelere, junto ao Secretário de Defesa Social, as nomeações. Quando um cidadão presta um concurso público, acaba por entregar-se à situação, dedicando-se inteiramente aos estudos, deixando de lado uma série de atividades que realizava na etapa que precedeu a fase de concurso. E quando começa a fase do concurso, ele deve ter uma dedicação exclusiva para que obtenha resultado positivo e garanta um emprego estável, só possível por concurso público.

Portanto faço aqui um apelo ao Vice-Governador, ao Secretário de Defesa Social e ao Subsecretário de Administração Penitenciária, para que o processo das nomeações seja acelerado após a reunião da Câmara de Gestão. É necessário que essas pessoas sejam nomeadas o mais rápido possível para que tenham tranqüilidade. Por outro lado, conforme observação que fiz aqui, para que a área de segurança pública do Estado, especialmente o setor prisional, cada vez mais tenha pessoas qualificadas, preparadas e, logicamente, com a garantia jurídica de permanecer no cargo e prestar um bom serviço ao Estado. Cada vez mais, essa é uma área que requer atenção e cuidado especial por parte do Estado. A questão prisional do Estado de Minas Gerais requer, neste momento, atenção, e ainda permanecerá com essa necessidade por um longo período, até que tenhamos tranqüilidade, eu diria, maior. Mesmo porque aqueles que lidam e operam a segurança pública sabem muito bem que se trata de uma área que requer atenção especial constante, permanente. A nomeação desses 1.650 concursados certamente trará tranqüilidade ainda maior para a defesa social do nosso Estado.

Quero ainda, Sr. Presidente, dizer que estamos solicitando uma audiência pública na Comissão de Administração Pública para tratar da questão dos contratados pelo Estado, especialmente em algumas categorias que certamente se beneficiarão com o Projeto de Lei nº 2.578/2008, de autoria do Governador do Estado. Estamos solicitando audiência pública ao Deputado Délio Malheiros, atual Presidente da Comissão de Administração Pública, para discutirmos os termos desse projeto. Há também requerimento do Deputado Padre João de realização de audiência pública, com convite aos contratados, para dar a estes oportunidade de apresentar aqui as suas dificuldades, quais os seus problemas durante o contrato. Porque nós sabemos, Deputado Padre João, que é um contrato draconiano, um contrato maquiavélico, que põe o cidadão contratado numa situação completamente, eu diria, fragilizada diante da força do Estado e, muitas vezes, da prepotência da administração pública, de forma geral no momento em que esse cidadão já não lhe é útil. No momento em que o cidadão comete um deslize, ainda que ínfimo, esse contrato é rompido, e esse cidadão volta para casa numa situação completamente difícil. Esse contrato precisa ser debatido aqui na Assembleia.

Já percebi, Deputado Padre João, que há avanços no contrato, tratando dos direitos sociais - o art. 7º da Constituição da República fala a respeito de férias, de horas extras, de adicional noturno - e de uma série de direitos que estão inovando na modalidade contrato. Mas precisamos ouvir porque são muitas as reclamações.

Tive oportunidade de expor ao Secretário de Governo Danilo de Castro a situação do Sr. Lázaro Fernandes, que foi mandado embora, teve seu

contrato rompido, com 27 anos de contrato e 76 de idade. Então, trata-se de uma situação sobre a qual precisamos nos debruçar. Não precisamos ter pressa, não precisamos correr para aprovar esse projeto, porque ele tem de dar o mínimo de garantia, pois é assim que o Estado cobra do setor privado quando este demite.

O Deputado Padre João (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., Deputado, pela iniciativa de também requerer audiência pública junto a todos. Essa é uma discussão que também fizemos no interior da bancada. É muito sério, trata-se de uma pessoa que vai tendo seu contrato renovado sucessivamente e sendo fragilizado. Já apresentamos duas emendas, uma colocando, de fato, limite do tempo de contrato, o que é indispensável, porque força o Estado a realizar concurso público para garantir a estabilidade, com todos os direitos previstos, sobretudo as leis trabalhistas.

A outra emenda que fizemos foi para instituir uma indenização para que os direitos dessas pessoas sejam equiparados aos direitos de outra, de forma definitiva, para que não haja prejuízo. O caminho é de fato uma audiência pública. Só assim ouviremos todas as outras partes interessadas. A audiência pública é um instrumento de trabalho da Assembleia como forma de garantir a participação do povo.

Parabéns pela seriedade com que V. Exa. também vem tratando desse projeto.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço o aparte ao ilustre Deputado Padre João. Tenha a certeza, Deputado Padre João, de que, com as nossas contribuições, o governo poderá aperfeiçoar esse projeto. Não queremos, em momento algum, criar obstáculo para a tramitação do projeto; pelo contrário, queremos exercer aquilo que é da nossa missão constitucional, aliás aperfeiçoando os projetos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público que tramitam nesta Casa.

Volto a dizer que esse projeto é um projeto inovador, que já tem uma previsão de contrato de três anos, prorrogado por mais três. Ele também prevê alguns direitos sociais, como já disse; no entanto, é necessário que tenhamos algo que dê o mínimo de segurança, para que não ocorra o que vem ocorrendo hoje com os Agentes de Segurança Penitenciária contratados, que estão numa situação completamente fragilizada. Participei de uma reunião em Montes Claros, na qual compareceram mais de 100 Agentes contratados, e foram diversos os pedidos desses Agentes.

O que queremos é aperfeiçoar esse projeto e mostrar que o Estado é sempre muito voraz e eficaz para cobrar do setor privado a questão trabalhista, mas, quando se trata de contratação feita pelo próprio Estado, ele já não obedece a alguns parâmetros. Parece que o Estado se finge de morto para atender ao trabalhador que presta um serviço à população.

Portanto, é necessário que este mesmo Estado, que cobra por meio do Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal Regional do Trabalho, que multa e pune as empresas, também tenha a visão do nosso ilustre, querido e falecido Prof. Paulo Neves de Carvalho, que diz que o texto frio da lei não pode sobrepor-se à questão social. Se o cidadão está trabalhando, cumprindo com as suas obrigações, e se existe um contrato, é necessário que exista uma lei que o proteja, se ocorre o rompimento desse contrato, a fim de que lhe seja assegurado um mínimo de tranquilidade, ou seja, que o Estado o indenize. Queremos que o Estado acate a nossa emenda, que é a emenda que prevê naquele projeto inicial, o Projeto de Lei nº 1.759/2007, as mesmas garantias dadas às pessoas contratadas da área da educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerro minhas palavras fazendo um apelo ao nosso Vice-Governador para que, o mais breve possível, nomeie os Agentes Penitenciários contratados que prestaram o último concurso. É de fundamental importância que o Vice-Governador, o Secretário de Defesa Social, Maurício de Oliveira Campos Júnior, e o Subsecretário de Administração Penitenciária tenham um olhar especial para a questão, a fim de que essas pessoas sejam, de fato, nomeadas e designadas para as penitenciárias, com uma longa jornada de trabalho pela frente, porque são pessoas novas, que estão com muito vigor físico e mental e que podem contribuir muito para a segurança das nossas penitenciárias e dos nossos presídios. Fica aqui o nosso apelo ao Vice-Governador e ao Secretário de Defesa Social. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, vou procurar reproduzir aqui as discussões que vimos travando com as entidades organizadoras do fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, cuja etapa final está prevista para os dias 13, 14 e 15 de maio deste ano.

Hoje pela manhã realizamos a oitava reunião preparatória do fórum, com as diversas entidades que compõem a organização: Sind-UTE, Sinpro, Associação de Pais de Alunos, Federação de Pais, Fetaemg, Movimento dos Sem-Universidade, Uemg, Unimontes, Colégio Tiradentes e uma infinidade de outras entidades que estão ajudando a Comissão de Educação a organizar o fórum. Na previsão inicial, o fórum teria início no dia 13 de março, com um grande debate público a se realizar no Plenário desta Casa; posteriormente, ocorreriam as etapas regionais, com encontros marcados em cada uma das regionais do Estado, no total de oito.

A polêmica surgiu, Sr. Presidente, após a decisão da Mesa de suspender as etapas regionais, considerando os cortes a que a Casa terá de submeter-se em consequência da crise econômica. A reunião de hoje pela manhã foi bastante tensa, porque na verdade a assessoria da Mesa não conseguiu demonstrar às entidades participantes a dimensão do custo desse fórum nem explicar onde seria feito esse corte. Aliás, Sr. Presidente, achamos que a discussão tem sido feita de forma equivocada, chegando a induzir a erro a própria mídia. Ainda hoje, talvez como fruto da desinformação, um jornalista de um grande jornal de Minas Gerais chegou a colocar uma notinha no jornal dizendo que a realização do fórum iria prejudicar os Deputados que participariam das etapas regionais, no interior, que deixariam de receber diárias. Pressupõe-se daí que os Deputados recebam diárias para participar do fórum, mas isso não é verdade. Os Deputados não ganham diária para participar do fórum; o Deputado participa do fórum como de uma audiência pública, em atividade normal. Não se paga diária por essa participação. A idéia da regionalização dos fóruns é essencialmente a de aproximar a Assembleia das cidades do interior, até porque a Assembleia de Minas tem a missão maior de representar o conjunto dos 853 Municípios do Estado. Sabemos que a realização de atividades somente em Belo Horizonte dificulta a participação popular, e nos últimos 20 anos a nossa Assembleia tem sido exemplar, começando a realizar esses fóruns regionalizados, que facilitam a participação dos cidadãos.

Assim, o intuito do fórum de educação, ao prever a realização de encontros em oito cidades, previamente divulgadas, é trazer a sociedade civil, o conjunto dos professores, alunos, servidores, Secretários Municipais de Educação, Prefeitos e Vereadores para a discussão de um projeto que é essencial para Minas Gerais, pois o fórum estadual de educação tem o objetivo de discutir o projeto de lei, em tramitação nesta Casa, que vai definir os rumos da educação em Minas para os próximos 10 anos.

Vamos decidir o que queremos para a educação em Minas Gerais para os próximos 10 anos. Não se trata de uma discussão menor nem qualquer, mas o que há de mais essencial para o futuro de Minas. Qual educação temos e qual teremos? Antes de votarmos o projeto de lei que definirá o Plano Decenal de Educação, ele deverá ser debatido com a sociedade civil, para ter a riqueza necessária. Esse é o objetivo do fórum sobre educação e das entidades que estão ajudando a organizá-lo. Se não fizermos uma radiografia da educação em Minas Gerais, não teremos condições de votar um projeto conseqüente. Exemplo de que as entidades estão preocupadas é uma recente publicação do Sind-UTE com uma radiografia da educação em Minas. Contribuições como essa são de fundamental importância para entendermos a real situação das escolas, dos professores, dos alunos, as novas tecnologias na escola, etc. O plano tem 11 pontos específicos, como ensino médio, educação infantil, ensino profissionalizante, ensino especial, educação de povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, trabalhadores rurais, etc. Esse é o

debate que a Assembleia quer fazer com a sociedade civil e as entidades.

O grande temor exposto por essas entidades na reunião de hoje, pela manhã, é de que a Assembleia Legislativa cometa o mesmo equívoco e deslize que vem cometendo a Secretaria de Educação e o governo do Estado. O Brasil inteiro está discutindo a revisão do Plano Nacional de Educação, mas Minas Gerais é um dos poucos Estados que não está à frente dessa discussão. As próprias Secretarias de Educação dos outros Estados chamam para si a responsabilidade e coordenam essa discussão. No entanto, em Minas, não se fez isso, e a Secretaria de Educação não tem participado nem contribuído com essa discussão, o que traz enormes prejuízos para a educação do nosso Estado. Não temos a devida transparência a respeito da realidade da educação em Minas. Parece que a Secretaria de Educação quer fugir do debate, da discussão, da polêmica; mas não pode contaminar a Assembleia Legislativa, não podemos deixar de fazer essa discussão. Essa é uma interpretação que as entidades fazem e que precisamos evitar. Na condição de co-autor do requerimento que solicitou a realização do fórum, com a ex-Deputada Elisa Costa, que hoje é Prefeita de Governador Valadares, estou fazendo contato com os Prefeitos para convencer a Mesa a realizar o fórum. Entendemos que a Assembleia deve fazer os ajustes para o novo momento orçamentário, mas não podemos concordar com o cancelamento desse fórum, cuja realização se iniciou em outubro do ano passado. Já estamos na oitava reunião preparatória, e a primeira atividade ocorrerá no dia 13 de março. Como, de repente, se corta a espinha dorsal de um evento que já está em pleno andamento? Isso não faz sentido. Se temos que fazer ajustes nos gastos da Assembleia, que o façamos nas atividades que ainda virão, mas não em um evento que já estava programado e para o qual os Municípios já estão mobilizados.

Quase todos os dias, recebo ligações do interior de Minas, das cidades que estão com previsão de receber o fórum, dos Prefeitos querendo se envolver no processo. Não faz sentido, neste momento, fazermos essa redução de custos justamente no que é mais essencial para a democracia: a participação popular. Então reiteramos o nosso apelo à Mesa da Casa, ao nosso Exmo. Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem demonstrado uma grande sensibilidade para o trato com a comunidade, com a participação popular. A Assembleia de Minas é um exemplo de como trazer o povo para esta Casa, em diversos seminários aqui realizados, como o seminário sobre a mineração, a discussão do PPAG, a Conferência de Direitos Humanos, enfim, uma infinidade de eventos que tem realizado, fazendo com que o povo possa participar. Acreditamos, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que manter a realização do fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação é de fundamental importância. Sabemos que o momento, sem dúvida alguma, é de cautela, mas não podemos cair no equívoco de discutir a crise e usá-la sempre como pano de fundo para tudo. Agora virou modismo, a crise é justificativa para tudo. Como veio a crise, não pode isso, não pode aquilo. O País não pode parar em função da crise, Minas Gerais não pode parar. Não fomos nós que produzimos esta crise. Temos de ter atitude para sair dela, e não para reproduzi-la. Tenho até observado que o próprio governo do Estado discute a crise meramente numa lógica orçamentária e financeira: "O Orçamento de Minas Gerais, nos meses de janeiro e fevereiro, reduziu em R\$600.000.000,00 a arrecadação do ICMS". E aí, qual é a contrapartida? Como faremos para reverter o quadro? O governo do Presidente Lula tem tido posturas propositivas para enfrentar a crise, como, por exemplo, a redução da taxa básica de juros Selic, a diminuição do superávit primário, o aumento do investimento na habitação popular, com o Plano Nacional de Habitação, com projetos de construção de 1 milhão de casas populares. Tem feito proposições com o objetivo de valorizar o salário mínimo e o benefício dos aposentados. Ainda hoje, em seu "blog", o economista Luis Nassif salienta que o governo Lula tem enfrentado a crise pelo aspecto propositivo. E Minas Gerais? Qual é a solução? Vamos simplesmente constatar que vivemos sete anos de vacas gordas, que Minas Gerais viveu da benesse da venda do minério de ferro, quando ele estava nas alturas, e agora, em crise, simplesmente cortaremos o Orçamento? E a contrapartida que Minas oferecerá? E a forma de enfrentar para que Minas não saia prejudicada nessa crise? É uma discussão maior. Reitero, Sr. Presidente, que estive com as entidades e sou solidário a todas que têm participado da organização do fórum. Insistirei com a Mesa da Casa e com nosso ilustríssimo Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho para que sejam mantidas as etapas regionais do fórum técnico sobre o Plano Decenal de Educação. Convoco e faço um pedido aos Prefeitos, à ilustre Prefeita Elisa Costa, de Governador Valadares, aos Prefeitos de Paracatu, de Montes Claros, de Araçuaí, de Juiz de Fora, de Uberlândia e de Divinópolis para que também façam intervenções ou gestões junto ao Presidente da Casa para demover a Mesa da não-realização do fórum regionalizado. Manteremos, sem dúvida alguma, essas etapas e realizaremos um grande debate sobre a educação de Minas Gerais, fazendo uma radiografia das suas mazelas, mas, acima de tudo, apontando soluções e saídas para a melhoria da educação em Minas, pois isso, sim, ajuda a enfrentar a crise financeira que abate a economia mineira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas e telespectadores que acompanham a TV Assembleia, gostaria de levantar algumas questões relacionadas aos desafios que teremos neste semestre à frente da Comissão de Participação Popular, que terei a honra de presidir novamente. Já fiz, desta tribuna, um balanço das realizações da Comissão nesses anos de funcionamento, desde 2003. Hoje trato de apontar uma espécie de agenda política e institucional da Comissão a partir de contatos que ela já está tendo com vários representantes de movimentos sociais em Minas Gerais. A primeira questão que queria levantar aqui, com o Deputado Carlin Moura, meu colega de Comissão, é que, na última revisão do PPAG, foi aprovada uma emenda popular muito importante, que prevê a realização, nos meses de junho e novembro, no âmbito do Legislativo, de audiências públicas de avaliação dos resultados alcançados pelos programas estruturadores, com a previsão de que, nessas audiências, sejam apresentados demonstrativos da execução física e financeira regionalizada dos programas estruturadores no período de referência, bem como a programação para o período seguinte.

No âmbito da Assembleia, já temos o resultado de emenda popular, a revisão anual do Plano Plurianual, ou seja, do PPAG. No ano passado, os movimentos - e com razão - questionaram essa periodicidade. Muitas vezes, em outubro e em novembro, identificamos um projeto mais atrasado, uma execução orçamentária morosa, mas, nesse período, não é possível uma correção de rumos, uma vez que já estamos a um ou dois meses do final do ano. Daí a importância de, no meio do ano, esta Casa já ter uma avaliação não de todos os programas, mas dos principais, dos estruturadores, para que aqueles que porventura estiverem mais atrasados e com metas mais defasadas sejam objeto de avaliação, fiscalização e correção de rumos ainda no meio do ano. É a primeira vez que a Assembleia realizará um trabalho dessa natureza, vinculado à aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Portanto, é muito importante esse aspecto e essa preparação com o governo.

A segunda questão é a continuidade do projeto Parlamento Jovem, que iniciou a preparação em 2003 e em 2004. A primeira edição aconteceu em 2004, em parceria com a PUC Minas e a Escola do Legislativo, e se transformou em um evento institucional da Assembleia, tendo como protagonista a Comissão de Participação Popular. Caminhará para a sua sexta edição em 2009, contando, portanto, com o nosso total apoio.

Uma outra questão muito importante, Sr. Presidente, é que a Comissão, além de realizar as audiências públicas, de garantir emendas populares aprovadas num processo de participação - repito o número já conhecido de todos: para o PPAG e o Orçamento de 2009, aprovamos mais de 180 emendas, 51 para o Orçamento -, neste ano fará um trabalho com os gestores do Estado, os Secretários do governo estadual, para que haja um cuidado prioritário, específico com cada emenda popular, com o objetivo de alcançar, no final do ano, um nível de execução, se possível, acima da média da execução do Orçamento do Estado, dada a sua legitimidade e a sua origem popular. São emendas importantes. Poderei mencionar emendas direcionadas ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, R\$1.000.000,00; apoio à saúde mental infanto-juvenil, R\$900.000,00; Economia Popular Solidária, R\$705.000,00; apoio aos Conselhos Tutelares, tão importantes na defesa dos direitos da criança e do adolescente, R\$700.000,00. Há também recursos direcionados no âmbito do Suas, aproximadamente R\$3.050.000,00, que poderão ser acrescidos de R\$1.700.000,00 na área do protagonismo juvenil. Há ainda emenda popular aprovada na linha do reordenamento dos abrigos, de ações regionalizadas de montagem e fomento dos consórcios municipais na área de assistência, de combate ao trabalho infantil nos lixões, de combate à violência e exploração sexual, na qualificação superior dos profissionais da educação básica, na capacitação de recursos humanos, na alimentação escolar, no diagnóstico e no apoio à regularização fundiária em comunidades quilombolas e indígenas. Enfim, são dezenas de emendas populares. Portanto, a Comissão de Participação Popular terá o cuidado de estabelecer interlocução entre gestores e movimentos sociais, para que essas emendas não fiquem no papel.

Uma outra questão importante são as audiências públicas solicitadas pelos movimentos sociais. Já estamos preparando a Assembleia para receber, em 18 de março, mais de mil catadores de materiais recicláveis de todo o Estado, num evento coordenado pelo fórum estadual "Lixo e cidadania". Trata-se de um evento para que os catadores exponham às autoridades, à Assembleia, ao governo do Estado, ao Ministério Público

e à sociedade em geral os seus desafios, as suas propostas, pois eles também estão sendo penalizados com os impactos da crise econômica. Aprovamos, na primeira reunião da Comissão de Participação Popular, um debate público, que desejamos seja realizado com a Comissão de Direitos Humanos, sobre a realidade dos povos indígenas do Estado, a pedido de instituições ligadas à área de direitos humanos e ao Conselho dos Povos Indígenas.

Este debate público integrará uma série de palestras e eventos durante toda a semana dedicada à questão indígena no mês de abril. Ocorrerá uma mobilização latino-americana aqui, na Capital mineira, e, a pedido de entidades vinculadas à causa indígena, a Assembleia foi escolhida para sediar um debate específico sobre a situação dos povos indígenas em Minas Gerais.

Sr. Presidente Deputado Carlin Moura, para não estender muito o tempo, queria dizer, concordando com o que disse V. Exa. no pronunciamento anterior, que a participação popular talvez seja uma das maiores novidades que a Assembleia Legislativa tem para apresentar como diferencial inovador e positivo em relação às demais assembleias e casas legislativas. Neste ano, cada Município elaborará o seu Plano Plurianual de Ação Governamental. As ações aqui realizadas servirão como exemplo para que, em cada Município, em cada Câmara Municipal, as prioridades que nortearam os Municípios entre 2010 e 2013 também sejam precedidas de um amplo debate popular. Portanto, com criatividade, com a sensibilidade do nosso Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, de acordo com o princípio da austeridade, que sempre defendemos, saberemos compatibilizar a realidade orçamentária da Assembleia sem abrir mão dos compromissos da Casa com a efetiva participação popular, tão valorizada hoje pelos movimentos sociais que fazem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais uma referência no debate público das principais políticas, principalmente sociais, levadas a cabo no Estado.

Encerro dizendo que teremos um período de muito trabalho neste ano, realizado por meio da Comissão de Participação Popular. Mais uma vez, agradeço a confiança do Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, dos membros efetivos da Comissão, Deputados Carlin Moura, João Leite, Eros Biondini e Maria Lúcia Mendonça, e também do meu Líder de Bancada, Deputado Padre João. Sabemos que essa Comissão conta com a participação da nossa Bancada, com idéias e sugestões, o que contribui para a condução dos trabalhos. Deixo esta mensagem de otimismo e convoco os Municípios de Minas Gerais a criarem comissões de participação popular, a realizarem conferências com tema ligado à criança, à assistência social e a tantas outras áreas, para que essas propostas possam integrar os Planos Plurianuais que serão discutidos. A Comissão de Participação Popular da Assembleia está aberta a todos os cidadãos mineiros, a todas as Câmaras Municipais, porque ela será, juntamente às demais Comissões desta Casa, um eco, uma caixa de ressonância em Minas Gerais, particularmente daqueles movimentos que querem expressar seus anseios, suas demandas e seus desafios. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento feito, quando destacou a importância de esta Casa, através dos vários formatos de debates - fóruns, seminários e outros -, continuar garantindo e priorizando a participação popular. Foi também um posicionamento da Bancada do PT, juntamente com V. Exa., do PCdoB, mostrar à Mesa que devemos de fato trabalhar na contenção das despesas. Porém, determinados formatos devem ser preservados.

Trata-se de investimento muito importante para o aprimoramento das políticas públicas. Estou-me referindo - e V. Exa. também, Deputado Carlin Moura, fez referência - à educação. Será uma construção coletiva, revendo, para os próximos 10 anos, toda a política da educação. Então, o nosso posicionamento junto à Mesa é que temos de buscar outras formas de cortar os gastos, mas facilitando a participação do povo do interior de Minas nessa construção. Reiteramos aqui esse apelo à Mesa.

Um outro assunto que me traz à tribuna diz respeito à discussão da realidade de algumas regiões de Minas Gerais. Grande parte da minha votação foi em Congonhas, Ouro Branco, enfim, no Quadrilátero Ferrífero, estendendo-se a Mariana, Ouro Preto, Santa Bárbara e Barão de Cocais. Trata-se de uma região que vem sofrendo mais o impacto da crise. Muitos brasileiros e muitos mineiros não sentiram, estão ouvindo falar, mas ainda não foram afetados. Os desempregados naquela região são os terceirizados, pois grande parte dos empregados das empresas hoje são terceirizados. Esperávamos um acordo, sobretudo com a Vale, muito melhor do que foi para os trabalhadores. Foi possível manter as férias e a redução de salário de 50%, mantendo-se o piso de R\$856,00.

Participei, logo no início do ano, até na portaria em Itabira, de algumas manifestações. Fizemos um fórum com todos os segmentos comerciais em Congonhas, com toda a região de Ouro Branco, de Itabirito, de Ouro Preto e de Mariana. Pudemos perceber que, logo no início, quando se falava da crise, os próprios trabalhadores não acreditavam tanto nela. Éramos, na porta da fábrica, 50, 60 pessoas, portanto uma minoria. Assim foi em Itabira e também em Congonhas. Agora é que o pessoal está percebendo a crise, que lá é concreta. Não se trata de notícia que vemos na televisão dando conta de que alguns perderam o emprego.

Então, o acordo foi uma conquista, de certa forma. Foi o possível. O problema é que ele vai até 31 de maio, mas a crise pode estender-se.

Quero chamar a atenção sobretudo em relação à Vale, que detém mais de 5 mil empregos e tem uma grande concentração de trabalhadores nessa região, onde trabalho, Deputado Carlin Moura, desde 1985. Com 17 anos passei a morar em Mariana, pude acompanhar de perto diversas fases dessas empresas e pude conviver com muitas famílias. Referi-me à Vale, mas há a CSN em Congonhas, a Gerdau em Ouro Branco e Barão de Cocais. Mas a Vale foi a última a ser privatizada. É um patrimônio da União, uma das maiores empresas da América Latina.

Não dá para dizer que essa empresa foi vendida, tamanho o seu patrimônio, e repassada por menos de R\$4.000.000.000,00. E, logo no ano seguinte, teve um lucro líquido de R\$25.000.000.000,00. Que tipo de investimento é esse? Hoje, quando se faz um investimento para recuperar o capital empregado, isso dura anos e anos. Nesses últimos anos, o lucro médio da Vale tem sido esse, ou seja, ao ano, dá mais de cinco vezes o que ela comprou. Sabemos disso. Discutimos o assunto no Seminário Legislativo Minas de Minas. Sabemos que todo o subsolo é um patrimônio do povo brasileiro, da União. Nenhuma empresa no Brasil lucrou tanto ou mais que a Vale. Enquanto ela estava lucrando de forma exorbitante, os dividendos estavam indo para todos, sendo divididos entre os grandes. Agora, no momento em que se inicia a crise, partem para cima, atribuindo tudo ao trabalhador. Então apelo às empresas, que tanto lucraram, que tratem o trabalhador de forma respeitosa e busquem outras alternativas para garantir a qualidade de vida. Esse acordo não era o entendimento de todos os trabalhadores, mas foi o possível. Até 31 de maio, teremos esse piso salarial de R\$856,00, reduzindo pela metade o salário de todos.

Cumprimento ao Valério, cujo trabalho é difícil e árduo. Estar à frente do sindicato da região de Congonhas, Ouro Preto e Mariana não é fácil. Quem está à frente de um sindicato tem consciência de todos os problemas, mas não tem a força para mobilizar os trabalhadores, uma vez que eles têm medo de perseguição, retaliação, como não foi fácil na situação de Congonhas, em que se teve de buscar a intervenção do Ministério Público para chegar a esse acordo.

Outro ponto que trago aqui se refere a uma crítica ao programa Bolsa Família, do governo federal, a qual foi feita pelo Senador Jarbas Vasconcelos. Pude acompanhar o formato desse programa, pois estava como membro do Consea-MG. Acompanhei tudo desde o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, que era coordenado pelo Graciano, e a Ministra Benedita estava na Ação Social. No início do governo Lula, os programas sociais não emplacaram, não conseguiram avançar. Isso ocorreu talvez pelo formato do programa, o que não é demérito da Ministra Benedita, do Rio de Janeiro, nem do Graciano. Era uma crítica do próprio Consea-MG, presidido pelo D. Mauro Morelli, de que a segurança alimentar não poderia ser um ministério, mas tinha de estar presente em todos os ministérios - da saúde, da educação. Graças à sabedoria, habilidade e competência do nosso querido companheiro Patrus Ananias, conseguimos um novo formato para o programa. E, nesse

novo formato, ele emplacou.

Hoje o Bolsa-Família é o maior programa de distribuição de renda do mundo.

O Deputado André Quintão (em aparte)* - Nobre Líder, Deputado Padre João, Sr. Presidente, Deputado Carlin Moura, o PT e o PCdoB estão aqui presentes para fazer esse importante debate sobre o programa Bolsa-Família. Também fiquei incomodado, Deputado Padre João, porque o que o Senador Jarbas Vasconcelos falou sobre esse programa, numa entrevista, é uma crítica que muitas pessoas fazem; algumas por desinformação, outras por disputa política, a meu ver equivocada.

E aqui eu queria dar um testemunho, como assistente social, inclusive. A renda, seja ela complementar, ou o acesso a uma renda à qual infelizmente milhões de pessoas não tinham acesso, é um direito básico de cidadania. Quando o governo admite que a sociedade não conseguiu equacionar o acesso universal aos direitos básicos de cidadania, cabe ao Estado, ao poder público, garanti-lo. É para isso que existe Estado. Mesmo numa sociedade capitalista - e nós estamos no capitalismo -, é por intermédio de políticas públicas que se busca aproximar as pessoas aos direitos e, entre elas, também as regiões. Então, quanto a essa crítica de que é um programa assistencialista, eleitoreiro... Talvez ele seja o programa mais republicano que existe. Todos os Municípios governados pelo PSDB, pelo PTB, pelo DEM ou pelo PT desenvolvem o programa Bolsa-Família. Quem escolhe o usuário do Bolsa-Família não é o Ministro, e sim o cadastro único, que é fiscalizado pelos conselhos de gestão.

Sr. Presidente, estou alongando-me no aparte para, depois, compensar o Deputado Padre João, porque esse é um aspecto muito importante em Minas Gerais. Queremos, em Minas Gerais, um Estado que produza cada vez mais a igualdade social. Aliás, muitos Estados complementam o programa Bolsa-Família, muitos Municípios complementam o benefício Bolsa-Família, alguns até governados pelo PT.

Então, Deputado Padre João, parabeno-o. O Ministério do Desenvolvimento Social combate a fome por meio de suas ações e das políticas do governo Lula. Foram retirados mais de 14 milhões de brasileiros da pobreza absoluta. Hoje mesmo estou recebendo aqui a visita de Vereadores de Águas Formosas, o Zé Édio, o Elvis, Bertópolis, Machacalis, Fronteira dos Vales, Joáima, Jequitinhonha, Itinga, Araçuaí, Virgem da Lapa, Berilo; todo o Jequitinhonha sabe e valoriza o programa Bolsa-Família. Vai lá dizer que é contra o Bolsa-Família, pergunte àquelas pessoas que passavam fome e que hoje se alimentam, pergunte sobre as crianças que não tinham caderno, material escolar, e que hoje os têm, sobre as famílias que não tinham remédios...

Deputado Padre João, muito obrigado por ter levantado essa questão, porque Minas Gerais precisa saber quem defende o Bolsa-Família e quem é contra esse programa. Parabéns pelo pronunciamento!

O Deputado Padre João* - Obrigado, Sr. Presidente. É com alegria que acolhemos aqui o companheiro Adilson, que, com certeza, com o companheiro Gustavo, em Prados, fará um excelente trabalho, com uma visão moderna de fazer política, que extrapola a questão municipal.

Hoje o Prefeito que só consegue ficar preso no seu Município, com certeza, não terá eficiência na ação política. Temos de ter essa sabedoria e iniciativas para desenvolver a política regional. Dessa forma, Adilson, é assim que vamos chegando a todo o Paraopeba, em parceria com o Anderson, em Congonhas, com o Luiz Carlos, em São Brás do Suaçuá, com o Júlio, em Jeceaba, e com o Pe. Rogério, em Ouro Branco. É muito importante mostrar ao povo a nova forma de governar com participação popular. Assim também esperamos "emplacar" o orçamento participativo em Resende Costa, com a eficiência e a eficácia de todas as políticas públicas. Um bom trabalho, e conte sempre conosco.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaria de retomar o aparte feito pelo Deputado e companheiro André Quintão mostrando o outro lado do Bolsa-Família. Sabemos que só aqui em Minas Gerais existe cerca de 1 milhão de famílias incluídas nesse programa. Sempre trabalhei com as questões sociais, enquanto pároco em Ouro Branco, e sempre estive envolvido, sobretudo com a Pastoral da Criança e do Menor e com as Pastorais da Saúde e Carcerária, por isso posso-lhes dizer que nos causava indignação a política de governo da cesta básica, daquele tempo, na década de 90. A minha indignação era porque em determinado dia do mês havia uma fila que dobrava o quarteirão no Centro da cidade, e todos os que passavam por ali viam as pessoas do Município que dependiam de cesta básica para sobreviver. Isso levava a pessoa e sua família a um estado de humilhação. Era assim em todas as cidades no dia da distribuição de cestas básicas. Além disso, as cestas básicas careciam de balanceamento, isto é, não era levada em conta a questão nutricional. E o pior é que, muitas vezes, tivemos de buscar a intervenção do Ministério Público, quando encontrávamos produtos vencidos, comprados em supermercados atrelados, em conchavo, com o gestor público de nível municipal, quando ele não era o próprio dono do supermercado.

São essas as questões que o Bolsa-Família superou. É a dignidade da pessoa que foi resgatada com o programa Bolsa-Família. Hoje a família recebe, no mínimo, R\$60,00, com o filho na educação, podendo esse valor chegar a R\$182,00, se tiver três filhos na escola. É a dignidade da pessoa que está sendo resgatada. Em vez de as pessoas saírem pela rua afora com a cesta básica, como se estivessem dizendo "eu sou pobre e dependo disso para sobreviver", essas pessoas entram como qualquer outro cidadão num banco e retiram seu dinheiro, sem distinção. E essas mesmas pessoas poderão sair do banco e entrar num supermercado como qualquer outro cidadão e efetuar suas compras. O programa tem a virtude de resgatar a dignidade da pessoa. Ele não tem nada de eleitoreiro, muito menos de assistencialista.

É bem verdade que o próprio Ministro Patrus Ananias, com competência, vem mostrando que tem de haver portas de entrada, independentemente da saída encontrada pelo Bolsa-Família. O importante são as portas de entrada para a cidadania, para uma participação mais efetiva na sociedade, por meio do financiamento de programas de geração de trabalho e renda.

O próprio Ministério já tem um programa que financia, por meio de entidades, projetos para a geração de emprego e renda. Muitos enxergam somente o Bolsa-Família, mas o Ministério tem tantos outros programas, que o Bolsa-Família passa a ser uma transição - as famílias não vão ficar eternamente nesse programa.

Assim, cumprimento o Ministro Patrus, com quem sou solidário. O pobre está tendo vez, o que, infelizmente, incomoda a uma minoria que sempre foi privilegiada nestes 500 anos de Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente, sobretudo pela tolerância.

* - Sem revisão do orador.

matéria administrativa

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/3/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

nomeando Lucas Diego Santana de Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tenente Lúcio

nomeando Helida Maria Coelho Barbosa para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Luciana Rodrigues de Oliveira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Lucas Diego Santana de Lima do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

exonerando Nilson Antonio Dias Godinho do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

exonerando Washington Pereira de Faria do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Cristiane de Freitas Costa Godinho para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Márcio Silva Marchesani para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD;

nomeando Maria Celia de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Júnia Carvalho Pereira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando João Carlos de Godoi para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 5/1/09, o servidor Manoel Fabiano Gomes, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.